

O AUTOCONSUMO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA REGIÃO DO PONTAL DO PARANAPANEMA

Laís Túbero Izidoro¹
Luis Antônio Barone²

RESUMO

O trabalho tem como objetivo entender o autoconsumo, analisando-o na perspectiva da produção e na reprodução social tanto na esfera da agricultura familiar quanto, mais especificamente, nos Projetos de Assentamentos localizados na região do Pontal do Paranapanema - SP. Utilizamos dados obtidos através da pesquisa realizada pelo INCRA – UNIARA a fim de verificar em termos quantitativos como se dá o autoconsumo nos assentamentos pesquisados e a partir daí analisar como essa prática se configura nestes assentamentos.

Palavras-Chaves: Assentamentos rurais; autoconsumo; produção; reprodução social.

INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta tem como objetivos entender e analisar o autoconsumo, na perspectiva da produção e reprodução social tanto na esfera da agricultura familiar quanto, mais especificamente, nos Projetos de Assentamentos localizados na região do Pontal do Paranapanema. A produção analisada será a voltada ao autoconsumo, visto sua importância como elemento relevante na segurança alimentar, no estímulo dado ao convívio em coletivo e na reprodução social uma vez que utiliza as técnicas do “saber-fazer” oferecendo maior identidade ao agricultor familiar. Neste contexto a ocorrência desse tipo de produção nos Projetos de Assentamentos será mais um fator de resistência e de permanência no campo.

Para a elaboração do presente trabalho foi realizada um levantamento bibliográfico acerca dos elementos que constroem a temática. A produção para o autoconsumo é realizada em diferentes categorias produtivas, entretanto o enfoque dado pelo estudo é no que se refere ao que ocorre nos assentamentos rurais localizados na região do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo. Delimitamos como autoconsumo toda a

¹ Graduanda em Geografia pela FCT/Unesp – Campus de Presidente Prudente. Bolsista CNPq - Pibic

² Professor assistente doutor da FCT/Unesp - Campus de Presidente Prudente/SP

produção agropecuária que é destinada para o consumo alimentar da própria unidade familiar.

Como forma de respaldar as considerações teóricas acerca do tema lançamos mão dos dados obtidos através da pesquisa realizada entre a Superintendência Regional (SP) do INCRA e o Centro Universitário de Araraquara (UNIARA), envolvendo o grupo de pesquisa NUPEDOR (equipe formuladora e implementadora de pesquisa amostral nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo). A pesquisa teve como objetivo Identificar a inserção dos assentados em arranjos produtivos e em políticas públicas locais/regionais, bem como avaliar a importância do autoconsumo alimentar, apontando principais entraves ao desenvolvimento dos assentamentos, sejam nas políticas públicas ou nos arranjos produtivos e contratos com agroindústrias.

O trabalho, portanto se utiliza de números e dados estatísticos para explicar a realidade observada, sendo o levantamento amostral sua principal ferramenta de análise. O quadro a seguir expressa as regiões delimitadas como amostra para a realização da pesquisa.

Quadro 1: Amostra Total do Estado de São Paulo

Região	Nº de famílias assentadas nos PAs da amostra	Número de questionários qualitativos aplicados (amostra das famílias por região)	% da participação das regiões sobre o total da amostra
Central (Araraquara, Ribeirão Preto, Bauru)	1250	60	23,8
Leste (Eixo Anhanguera, Vale do Paraíba, Vale do Ribeira)	452	22	8,6
Oeste A (Pontal do Paranapanema)	1310	62	25
Oeste B (Região de Andradina)	2240	106	42,6
Total	5252	250	100%

No quadro 2 é possível identificar os municípios inseridos na região do Pontal do Paranapanema, enfoque de nosso trabalho.

Quadro 2: Área de responsabilidade da equipe do Pontal do Paranapanema

Município	Assentamento	Ano/período	Famílias	N° de questionários
Mirante do Pnema.	Margarida Alves	2006/ Gov. Lula	90	4
Mirante do Pnema.	Roseli Nunes	2004/ Gov. Lula	55	3
Mirante do Pnema.	São Bento	1998/ Gov. FHC	182	9
Teodoro Sampaio	Água Sumida	1988/ Gov. Sarney	121	6
Teodoro Sampaio	Alcídia da Gata/Sta. Terezinha da Alcídia	1999/ Gov. FHC	55	3
Rosana	Gleba XV de Novembro	1985/ Gov. Sarney	575	26
Rancharia	Nova Conquista	1997/ Gov. FHC	104	5
Iepê	Bom Jesus/S. Marcos (PDS)	2006/ Gov. Lula	50	2
Pres. Venceslau	Tupãciretan	1997/ Gov. FHC	78	4
Total			1310	62

Agricultura familiar: contexto histórico e delimitações conceituais

Com a inserção do capitalismo mercantil na economia brasileira, o campo passou por relevantes transformações. Dentre elas a que causou mais notável consequência diz respeito ao uso da terra. A Lei de Terras, de 1850, desvinculou a terra de sua função social, uma vez que se objetivou a maximizar o potencial produtivo, não levando em conta as relações sociais concretizadas no campo, como a agricultura familiar.

A questão agrária se consolidou em um contexto de exclusão social e econômica, onde ex-escravos e imigrantes tinham acesso restrito a posse de terras. A terra foi crescentemente tornando-se mercadoria, sendo usada de modo especulativo, ora para o uso do agronegócio, ora como reserva de valor do segmento burguês, sendo excluídos do direito à posse aqueles que não possuíam capital suficiente para adquiri-la. A questão agrária compreende a concentração fundiária, que se molda perante o poder

político e econômico da elite rural, e demais indivíduos que lidam com a terra de uma maneira meramente mercantil (LEITE, 2005).

Acentuando as desigualdades do campo e inserindo ainda mais efetivamente o capital no campo, ocorre a Revolução Verde que dotou a atividade agrícola de inovações tecnológicas e maquinários, colocando em evidência a produtividade e o lucro em detrimento da qualidade e acessibilidade dos alimentos agrícolas. A modernização da agricultura e do meio rural se efetuou a partir da transformação da agricultura camponesa tradicional. Embora o progresso econômico da época tenha sido de extrema visibilidade, os processos degradantes como concentração fundiária, êxodo agrícola e pobreza no campo merecem reflexão. A partir destes acontecimentos é colocado em evidência o agricultor familiar, que embora permaneça com características do camponês, irá se inserir de forma parcial nos meios econômicos capitalistas. Segundo Lamarche (1998) o agricultor familiar pode ser definido como “... aquele que exerce uma atividade produtiva numa unidade de produção agrícola familiar, isto é, numa unidade de produção na qual a propriedade e o trabalho estão estreitamente ligados à família.”

A transformação do campesinato para a agricultura familiar possui elementos característicos e ocorrerá com a integração dos mercados na lógica produtiva, dando novas diretrizes e perspectivas econômicas para a racionalidade camponesa (GRISA,2007). Porém, embora as unidades de produção familiar interajam com a lógica do capital, não podem ser consideradas lógicas capitalistas, uma vez que essa integração se faz de forma parcial e alguns elementos do campesinato, como o autoconsumo e técnicas tradicionais, ainda são utilizados. Segundo Dombek (2007), a agricultura familiar também tem um padrão de desenvolvimento com inclusão social, que combina os objetivos da segurança alimentar e o uso sustentável dos recursos naturais, com a preservação do patrimônio natural, nele incluído a biodiversidade e a múltipla função do espaço rural. Ainda assim, Grisa (2007) discorre que a nova perspectiva de mercantilização da produção acaba por privilegiar o comércio, não se utilizando de estratégias produtivas, como os processos de alternância que garantem a flexibilização da produção, dando preferência cada vez mais para a monocultura. Atualmente tal situação se efetiva com o predomínio da paisagem agrícola em extensões de plantação de cana-de-açúcar, presente cada vez mais nos assentamentos de reforma agrária, através do arrendamento de terras. Com novos cultivos que dependem cada vez mais da

alta produção, os processos tradicionais são substituídos por processos químicos e tecnológicos, distanciando cada vez mais as unidades familiares de sua identidade camponesa.

O agricultor familiar se vê obrigado a inserir sua produção na lógica produtiva e depara-se com a perda da sua identidade camponesa, já que se subjugua pelas determinações dos mercados e pelas relações comerciais, condicionando a alimentação familiar ao sucesso das negociações mercantis. Além disso, fica cada vez mais dependente dos meios sociais que o circunda, tendo sua autonomia cada vez mais restringida.

É justamente como contraponto estas contradições que a produção para o autoconsumo se faz como relevante. A partir do autoconsumo a produção terá o caráter emancipatório, pois irá possibilitar a autonomia da unidade de produção, que terá papel fundamental na reprodução social e mitigará cada vez mais a dependência da unidade agrícola familiar para com os fatores externos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2007)

Autoconsumo: elemento de resistência no meio rural

A produção para o autoconsumo pode ser definida como a parte da produção destinada ao consumo da família agricultora e que não fará parte das relações comerciais. Em algumas obras como da autora Grisa (2007) o autoconsumo aparece como o que é “pro gasto” justamente porque será a parte da produção que servirá de alimento para a família. O autoconsumo abrangerá três grandes elementos na sobrevivência do produtor rural: a alimentação, a autonomia produtiva e a reprodução social. Um dos principais benefícios do autoconsumo na perspectiva da alimentação será a respeito da segurança alimentar, que garantirá a qualidade e o acesso de alimentos pela família, tornando-a isenta dos insumos nocivos presentes na agricultura mercantil. Será garantido desta forma o atendimento às necessidades alimentares da família e a alimentação não ficará dependente da sazonalidade e o perecimento dos alimentos oferecidos no mercado.

A diversificação produtiva será a característica mais benéfica quanto a produção para o autoconsumo. Fica sob critério do produtor quais alimentos serão cultivados, não ficando exposto ao risco da perda da produção pelas intempéries. Além disso, há

possibilidade de diversificar também a renda, sendo possível adquiri-la dos mais diversos produtos agrícolas e não agrícolas, além dos manufaturados.

O excedente de produção também será um dos elementos do autoconsumo que proporcionará maior sociabilidade por parte dos agricultores, incentivando a coletividade no meio rural. Como sociabilidade podemos entender o processo de relacionamento tanto na esfera material, como na venda de produtos (hortaliças e aves) e trocas simbólicas pelo qual passam os grupos sociais e as famílias do meio rural. Isso se explica pelo caráter de sociabilidade que a alimentação exerce, sendo compreendida para alguns autores como um ato social. Será também, conforme os autores supracitados, a partir do autoconsumo que o agricultor terá sua identidade camponesa ressaltada haja vista que as técnicas empregadas na produção derivam do “saber-fazer”, de conhecimentos tradicionais que são repassados através das gerações e a partir daí se organiza a identidade das formas familiares. Por meio destas considerações podemos analisar como o autoconsumo será mais um elemento de resistência nos assentamentos de reforma agrária, garantindo o acesso não só da terra em si, mas também de tudo que nela é produzido.

A ocupação do Pontal do Paranapanema: breve contexto histórico

Para se entender os assentamentos da região do Pontal do Paranapanema é necessário recorrer a História e Geografia de sua ocupação, bem como o significado de todo esse processo. A ocupação do Pontal do Paranapanema se deu por meio de brutal violência social e ecológica, sendo os índios dizimados e as florestas destruídas; posteriormente, os posseiros foram destituídos de suas terras e o processo de grilagem ocorre por toda a região (LEITE, 1998).

A delimitação desse território (Pontal do Paranapanema) que se situa no Extremo Oeste do estado de São Paulo pode ser enquadrado de inúmeras maneiras, ou seja, não existe uma só definição do que seria o Pontal do Paranapanema.

Todo o processo de ocupação irregular do Pontal do Paranapanema fez surgir focos de resistência por parte dos trabalhadores sem terras que culminou na década de 1990 como a região mais conflituosa em termos fundiários do Brasil. Esses conflitos fazem surgir os Projetos de Assentamentos (P.A.), é o que passamos a relatar a partir de agora.

O Pontal do Paranapanema está localizado sobre uma área pertencente ao Governo Estadual, denominada como terra devoluta, mas que foi ocupada por fazendeiros. Este singular processo histórico determinou as políticas fundiárias que ocorreram na região (BERGAMASCO e NORDER, 2003).

Processo de formação dos assentamentos na região.

Um dos assentamentos que merece especial relevância no Pontal do Paranapanema é o denominado Gleba XV. O Gleba XV tem como contexto uma demissão em massa ocorrida pela desaceleração de obras das usinas hidrelétricas instaladas na região. A área da Gleba XV compreende mais de 15 mil hectares entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha, onde estão assentadas cerca de 450 famílias (BARONE, 2005).

Após tal fato o principal aspecto político em relação a implantação dos assentamentos no Pontal diz respeito ao governo de Mario Covas (1995-1998), que solidificou a política de assentamentos na região. Ao observarmos as datas em que a política de assentamentos ocorreu no Pontal do Paranapanema com o estado de São Paulo, vemos certo atraso nas políticas na região do oeste paulista. A região abriga atualmente inúmeros assentamentos, como ilustra a figura a seguir, sendo reconhecida pelo processo de ocupação e resistência no meio rural.

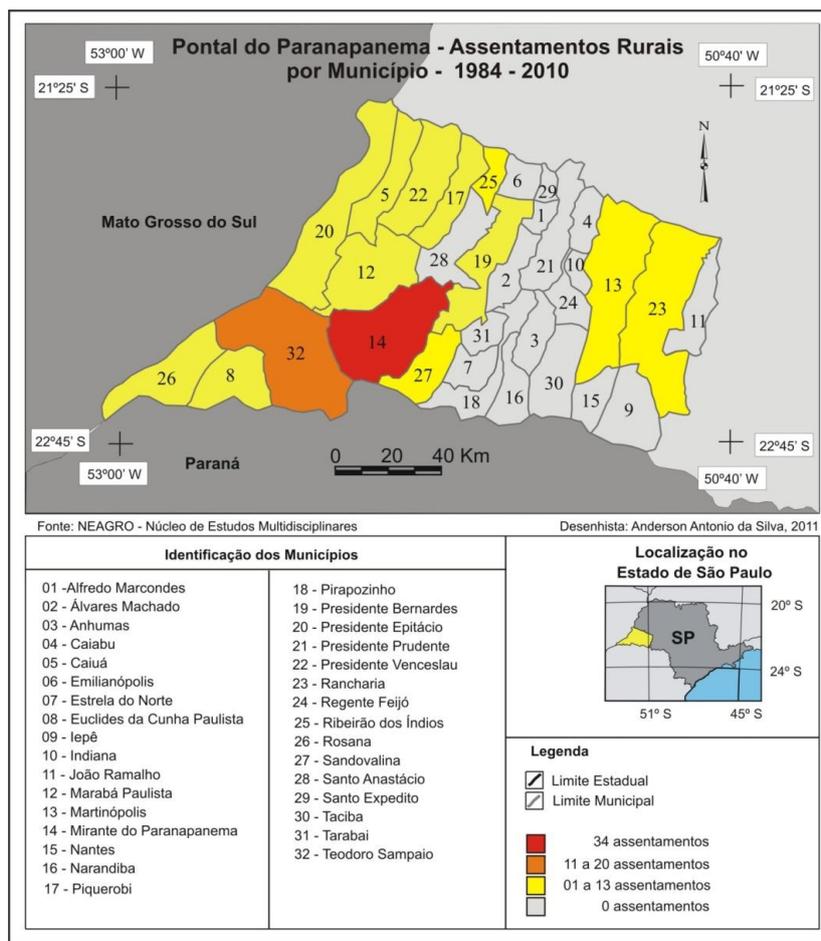


Figura 1 - Mapa dos municípios do Pontal do Paranapanema com destaque para os assentamentos rurais

O assentamento rural consiste no produto da luta social, representando a resposta do Estado frente às reivindicações dos trabalhadores sem terra. É um novo território de dinâmica ímpar onde ocorrem novas relações de propriedade (com a democratização da terra) e de trabalho, dado que o trabalho passa de assalariado para familiar. Mais que uma política paliativa enquanto a reforma agrária não ocorre, os assentamentos rurais representam a resistência rural frente ao capitalismo. Em outro momento de seu trabalho, Dombek (2007) afirma que os programas de assentamentos e reforma agrária contribuiriam para o combate a fome e a pobreza uma vez que seriam responsáveis pela maior oferta de alimentos e matérias-primas às populações beneficiadas.

Dentro do que pode ser discutido em torno do autoconsumo colocamos principalmente a questão da reprodução social e da diversificação produtiva, elemento principal de

resistência dentro dos assentamentos, garantindo o progresso dos mesmos e consolidando a reforma agrária.

A produção de autoconsumo tende a contribuir inclusive na segurança econômica que o agricultor (assentado ou não) necessita, por vezes, para se lançar em novos projetos e aumentar sua produção comercial, podendo funcionar como uma verdadeira poupança para a família, seja pela venda de animais e excedentes, seja por produzir seu próprio alimento ao invés de comprá-lo. Além do que o produtor, efetivamente, aumenta sua capacidade de resistir a adversidades tais como preços baixos, dificuldades na comercialização e frustração de safra.

Pesquisa de campo e análise dos dados obtidos: Quantificando o autoconsumo

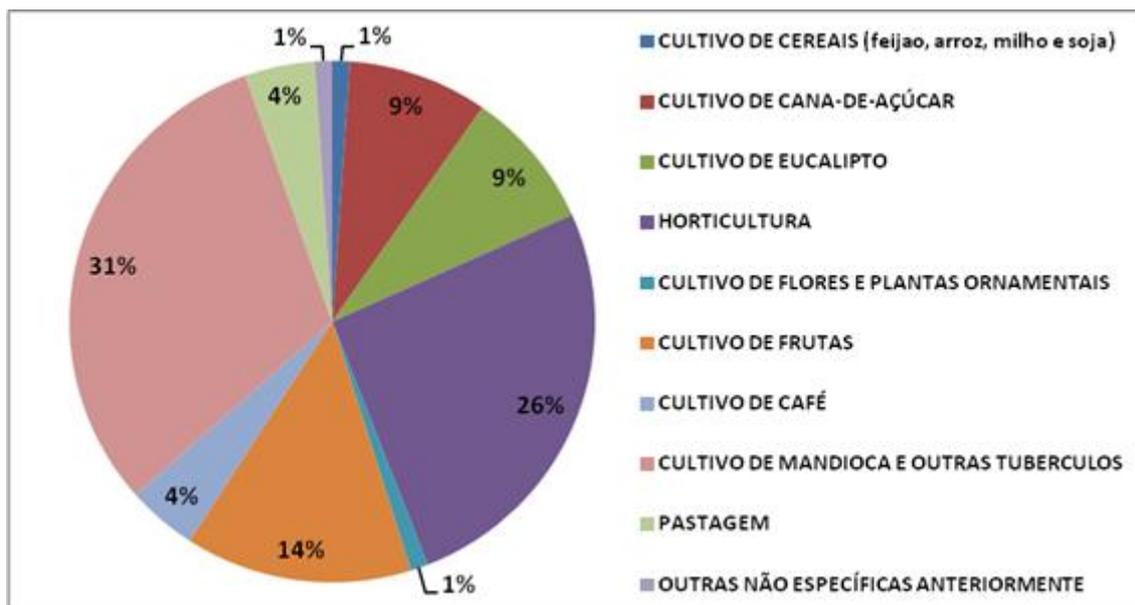
Chimello (2010) em seu trabalho diz que apesar de a produção para o autoconsumo estar presente em quase todas as unidades familiares, ela não é praticada com a mesma intensidade e importância em todos os estabelecimentos, Por meio de pesquisa de campo realizada nos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema analisamos o material elaborado, buscando compreender como o autoconsumo se dá nos assentamentos pesquisados. Os dados coletados foram sistematizados pela equipe responsável pelo levantamento da amostra pontal, gerando um material vastíssimo no que diz respeito a informações quantitativas acerca dos assentamentos da região. A análise dos gráficos a seguir é realizada a partir dos dados obtidos na pesquisa e que foram coletadas com a aplicação de 62 questionários em assentamentos de seis municípios da região que constam no gráfico a seguir

Municípios	Assentamentos
Iepê	<ul style="list-style-type: none">• Bom Jesus
Mirante do Paranapanema	<ul style="list-style-type: none">• São Bento• Margarida Alves• Roseli Nunes
Presidente Venceslau	<ul style="list-style-type: none">• Tupanciretã
Rancharia	<ul style="list-style-type: none">• Nova Conquista
Rosana	<ul style="list-style-type: none">• Gleba XV de Novembro
Teodoro Sampaio	<ul style="list-style-type: none">• Água Sumida• Alcídia da Gata

Tabela 3 - Municípios/assentamentos da amostra pontal

Especificamente trabalharemos com os eixos que dizem respeito à produção e autoconsumo a fim de contemplar a temática deste trabalho. O primeiro gráfico que se apresenta dentro do eixo produtivo do levantamento amostral diz respeito a diversificação da produção agrícola/vegetal.

Gráfico 1 – Culturas Produzidas

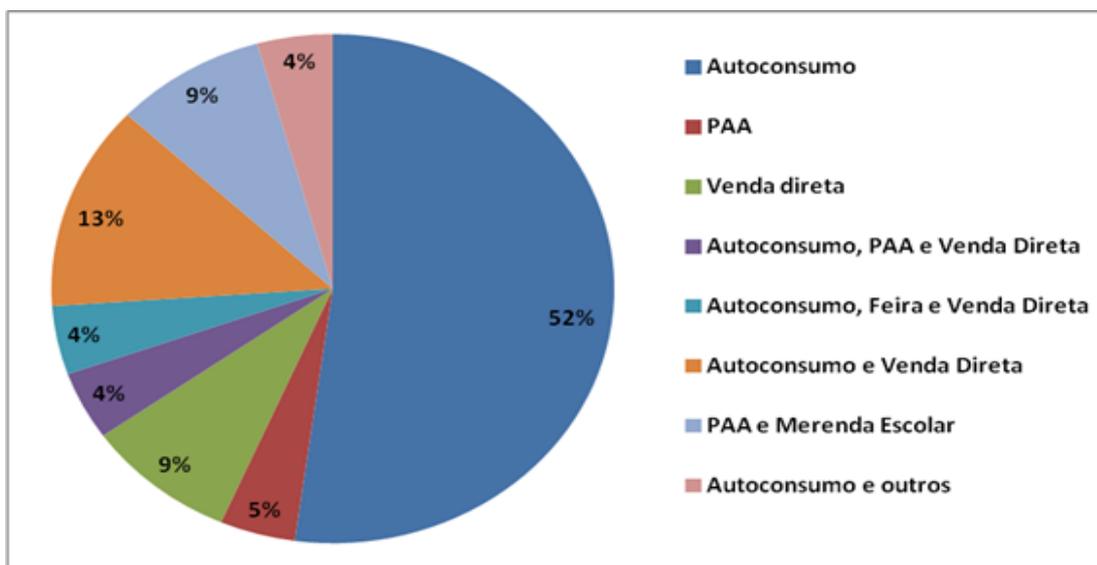


Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

Através do gráfico acima podemos perceber uma considerável diversificação da produção agrícola (vegetal). Entretanto se observarmos o montante da produção de culturas como a cana-de-açúcar, eucalipto e café, temos o montante de 22% da produção voltada para a monocultura, o que tem relativa significância e pode por vezes aparecer de forma perversa no que diz respeito ao uso inadequado do solo. A horticultura e o cultivo de mandioca e outros tubérculos somam 57% da produção. No caso da mandioca destaca-se o baixo custo para a produção. A horticultura apresenta-se em segundo lugar com 26% devido sua importância na alimentação dos próprios produtores e seu fácil escoamento.

Podemos verificar a importância da hortaliça para a alimentação dos assentados no gráfico a seguir:

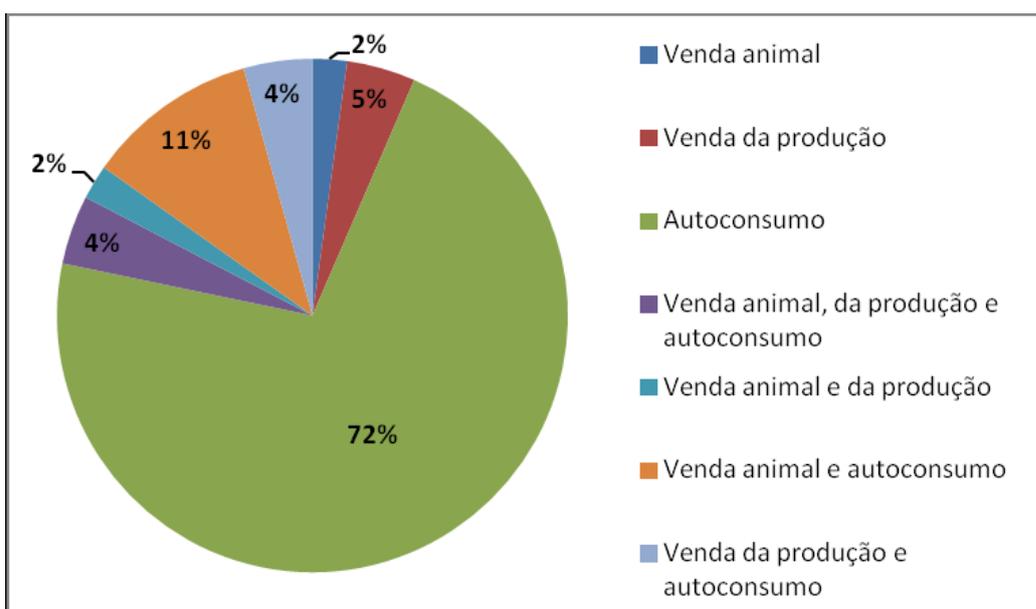
Gráfico 2 - Venda da produção Horticultura



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011.

Analisando a produção de hortaliças nos assentamentos entrevistados podemos verificar que 52% da produção é destinada exclusivamente ao autoconsumo, o que afirma a hipótese da análise no gráfico 1. Além disso, se analisarmos todas as produções onde o autoconsumo aparece como complementar na destinação final, temos que 77% da produção é voltada para o autoconsumo.

Gráfico 3. Destinação da Produção – Aves



Fonte: Pesquisa de Campo, 2011

No que tange à produção avícola, podemos analisar, através do gráfico 3, que a criação de aves é quase na totalidade destinada ao autoconsumo (72% das famílias utilizam essas criações exclusivamente para autoconsumo) ou, ainda, para venda do animal e autoconsumo (11%).

De forma geral ao analisarmos os gráficos podemos perceber que a produção voltada para a comercialização é vinculada ao que também é consumido pela família, o que sugere uma maior autonomia no que se refere ao escoamento da produção e da própria alimentação familiar.

CONCLUSÕES

Embora a pesquisa ainda esteja em desenvolvimento já se torna possível, a partir dos elementos apresentados, tecer algumas considerações parcialmente conclusivas. A partir da análise dos gráficos apresentados podemos verificar que dentre os produtos agrícolas mais cultivados o autoconsumo se apresenta, embora não apenas exclusivamente, na sua totalidade, sendo o destino de mais expressividade dos alimentos mais produzidos. Além disso, a grande parte do que é consumido pela família também é destinado à venda seja por meio do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) ou pela venda direta. A partir desta verificação cabe ressaltar a importância das políticas públicas envolvendo linhas de créditos e a própria comercialização da produção na garantia da segurança alimentar das famílias. Verificando esta importância nos assentamentos estudados, podemos afirmar que o autoconsumo apresenta-se com grande importância não só com segurança alimentar, mas também como diversificação dos produtos agrícolas dentro do assentamento e nos canais de escoamento pela comercialização. A partir da revisão bibliográfica e dos dados analisados podemos afirmar que a importância do autoconsumo presente na bibliografia se apresenta como verdadeira nos assentamentos de reforma agrária na região do Pontal do Paranapanema, sendo praticada pela totalidade das famílias pesquisadas.

A partir disto se torna necessário que as políticas públicas levem em consideração a importância não só econômica, mas também social e cultural que o autoconsumo desenvolve dentro dos assentamentos. Por meio do incentivo à produção que se insere na agricultura familiar, é possível gerar uma atividade agropecuária que rompe o viés

econômico e atinge o caráter social da agricultura. Visto que o autoconsumo estabelece elementos que fornecem segurança alimentar e identidade cultural destes trabalhadores rurais para como este novo meio singular que estão inseridos. O autoconsumo permite que seja alcançando todos os elementos que desenvolvem por completo a identidade do assentado agricultor como sujeito de sua condição.

BIBLIOGRAFIA

BERGAMASCO, S.M.P.P. e NORDER, L.A.C. **Alternativa dos assentamentos**

rurais: organização social, trabalho e política. São Paulo. Terceira Margem, 2003.

DOMBEK, L.A. **Autoconsumo e Segurança Alimentar em Assentamentos Rurais do Pontal do Paranapanema.** 2006, Dissertação (Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, UNICAMP, Campinas

DUVAL, H.C.; VALENCIO, N. F. L. S; FERRANTE, V.L.S.B **Autoconsumo em Assentamentos Rurais: segurança alimentar e agroecologia em debate a partir de um estudo de caso.** In: FERRANTE, V.L.S.B. e WHITAKER C. D. (org). Retratos de Assentamentos no. 11. Araraquara: NUPEDOR, 2008. p. 101-132

FERRANTE, V.L.S.B. e BARONE, L.A. **Assentamentos rurais e poder local: os rumos da descentralização da reforma agrária.** in FERRANTE, V. L. S. B. et alii (orgs.) **Dinâmicas familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo.** Araraquara/Campinas/S. Paulo, EdUNIARA/FEAGRI/INCRA, 2003.

FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A.; BARONE, L.A. **Dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões desta difícil maioria.** In:

FERRANTE, V.L.S.B. e WHITAKER C. D. (org). Retratos de Assentamentos no. 09. Araraquara: NUPEDOR, 2004. p. 11-60

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. **A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares.** In: Estud.soc.agric, Rio de Janeiro, vol. 15, no. 1, 2007: 89-122.

GRISA, C. **A produção pro gasto: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul.** 2007 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Rio Grande do Sul

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Campinas, SP. Editora da UNICAMP, 1998.

LEITE, José Ferrari. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema,** São Paulo: Hucitec, 1998.

LEITE, S.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L.; PALMEIRA, M.; CINTRÃO R. **Impactos dos Assentamentos: Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro.** São Paulo. Editora UNESP, 2004.

NEVES, D.P. **O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural.** In: FERRANTE, V.L.S.B e WHITAKER, D.C.A. (Orgs) **Reforma Agrária e desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais.** Brasília,MDA; São Paulo, Uniara. 2008.